



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638730 - RJ (2021/0001844-5)

RELATOR : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ROSANE MARIA REIS LAVIGNE - RJ037188
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : ALEXANDER BARBOZA SANTANA (PRESO)
CORRÉU : HEMERSON SILVEIRA DE SOUZA
CORRÉU : CAMILA DA SILVA CORTEZ ALMEIDA
CORRÉU : JEAN PIERRE DA SILVA SANTOS
CORRÉU : RODRIGO DOS SANTOS BRIVIO
CORRÉU : LUIS FELIPE LIMA DE SOUZA
CORRÉU : ANDREW OLIVEIRA DOS SANTOS
CORRÉU : MATHEUS ALTAMIRO DE OLIVEIRA CARPENTER
CORRÉU : ALEXANDRE GEORGE DE OLIVEIRA CARPENTER
CORRÉU : LUCAS SOUZA SIMAS
CORRÉU : ROGER FELIZARDO SILVA
CORRÉU : DEGLON FELIZARDO SILVA
CORRÉU : RAPHAEL GOMES DE FREITAS
CORRÉU : STEPHANIE FERNANDES DE FARIA BARBOSA FERREIRA
CORRÉU : VALCEIR COSTA DA CONCEICAO GOMES
CORRÉU : DYEGO SOARES
CORRÉU : EVERTON DE MOURA BARCELOS
CORRÉU : ROBSON GOMES DE SOUZA
CORRÉU : MATHEUS BAPTISTA DA CONCEICAO
CORRÉU : SAMUEL PEREIRA DA SILVA
CORRÉU : CAMILA DA SILVA SANTOS
CORRÉU : JOAO CARLOS DA SILVA RODRIGUES
CORRÉU : VANESSA BODO DA SILVA
CORRÉU : MOISES DA SILVA VITORIA XAVIER
CORRÉU : ORLANDO COIMBRA FELIX
CORRÉU : LINDOMAR GREGORIO DE LUCENA
CORRÉU : MARCILIO ALVES DO NASCIMENTO
CORRÉU : CRISTIANO GREGORIO DE LUCENA
CORRÉU : LEANDRO SOUZA BENTO
CORRÉU : BRUNO DA SILVA FERREIRA
CORRÉU : LUCIANO BATISTA DOS SANTOS
CORRÉU : ANTONIO DOS SANTOS OLIVEIRA

CORRÉU : FLAVIO GABRIEL DA SILVA GOMES
CORRÉU : LEONARDO DE SOUZA MARTINS
CORRÉU : MARCELO DE CARVALHO LUIZ
CORRÉU : JEANE SAMPAIO SOUZA PRATA
CORRÉU : JEAN SERGIO SOUZA PRATA
CORRÉU : LUCIANO CAMPELO CESPEDES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALEXANDER BARBOZA SANTANA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (HC n. 0065204-88.2020.8.19.0000).

O paciente foi preso preventivamente em 14/11/2019 pela suposta prática do delito previsto no art. 35, c/c o art. 40, incisos IV e VI, ambos da Lei n. 11.343/06.

Sustenta excesso de prazo na custódia cautelar, uma vez que sequer há data prevista para a realização de audiência de instrução e julgamento.

Requer, liminarmente, o relaxamento da prisão preventiva. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem para que possa aguardar o julgamento em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão. O desembargador relator justificou de forma fundamentada a necessidade de manutenção da prisão preventiva contra o paciente (fls. 20-21):

[...]

Não deve ser acolhido, ainda, o pleito de reconhecimento de excesso de prazo na instrução criminal. Senão vejamos.

Como sabido, o prazo para a conclusão da instrução criminal não tem características de fatalidade, devendo se levar em conta as peculiaridades de cada caso, servindo os prazos indicados para o encerramento da instrução criminal apenas como parâmetro geral.

Do que se depreende dos autos trata-se de feito com 38 denunciados, com a necessidade de, pelo menos, seis desmembramentos, inúmeras testemunhas, com diversos requerimentos, o que, por si só, já é suficiente para demonstrar a complexidade do caso, onde, atualmente, aguarda-se a juntada de todas as respostas preliminares para fins de, se for o caso, designar a audiência de instrução e julgamento, sendo certo que, em razão da Pandemia do COVID-19, o que impossibilitou o acesso às serventias judiciais, foi necessária a digitalização de todo o processo para que as partes pudessem ter acesso à todas peças, observando-se, desta forma, a garantia do contraditório e da ampla

defesa no processo penal, não se evidenciando, assim, qualquer ilegalidade na manutenção da custódia do paciente, pois a verificação do excesso de prazo deve ser aferida dentro dos limites do princípio da razoabilidade, não sendo possível aceitar o alegado pela defesa do paciente.

O constrangimento somente deve ser reconhecido como ilegal quando o retardo ou a delonga forem injustificados e possam ser atribuídos ao Judiciário e, na hipótese, não se vislumbra constrangimento ilegal que pudesse ensejar a concessão do remédio constitucional. Note-se que não houve medidas procrastinatórias, não se podendo alegar, desta forma, inércia do aparato estatal.

Como se pode observar, a prestação jurisdicional ainda não foi entregue em razão de delonga decorrente das circunstâncias peculiares ao caso em tela, não se verificando o alegado constrangimento ilegal decorrente de excesso de prazo.

[...].

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente